

# Sarney O presidente que entra acusa o que sai

Fernando Collor reiterou ontem que a responsabilidade pela crise econômica é do governo José Sarney, a quem cabe adotar medidas para conter a escalada inflacionária e a especulação. O recado foi transmitido à imprensa pelo assessor Cláudio Humberto Rosa e Silva, acrescentado de um comentário nada amistoso: o de que

“o País tem um governo constituído e em pleno exercício de suas funções”.

Collor recebeu ontem três governadores que já o apoiavam desde a campanha eleitoral e que agora têm papel na formação de uma base parlamentar sólida de sustentação do futuro governo: Siqueira Campos, do Tocantins,

Alberto Silva, do Piauí, e Moacyr Andrade, de Alagoas. No início da noite, o assunto voltou à pauta na audiência que concedeu ao líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, que não manifestou apoio a qualquer candidato.

As futuras eleições, que serão realizadas em 3 de outubro, também foram abordadas por Collor

ontem, no “Bolo de Noiva”. Um dia depois de receber ali a vice-governadora de Minas Gerais, Júnia Marise, Collor recebeu ontem o deputado mineiro Hélio Costa. Júnia e Hélio Costa participaram ativamente da campanha de Collor no Estado e agora disputam o apoio do presidente eleito na disputa eleitoral de outubro.

## No Congresso, um irônico retrato de fim de governo.

Com o plenário cheio e as galerias vazias, a instalação da quarta sessão da quadragésima legislatura do Congresso Nacional foi a demonstração perfeita e acabada do que ocorre com um governo que sai — e pelo qual ninguém parece interessado — e o resplandecer do governo que entra, objeto de todas as atenções e mesuras.

Quando chegou ao plenário da Câmara, por exemplo, o ministro do Exército, Lônidas Pires Gonçalves, não encontrou sequer um funcionário do cerimonial para indicar onde deveria sentar. Decidido, marchou entre as mesas até encontrar o cartão com seu nome sobre uma delas. Já o problema do futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, era o de livrar-se do assédio de políticos e jornalistas que lhe impediam de caminhar livremente.

Passadas as eleições, até o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, foi ingorrido em favor de figuras como Renan Calheiros, líder do próximo governo na Câmara, e Carlos Chiarelli, líder no Senado. “Alguém me diz onde eu sento?”, perguntou Rezek. Foi auxiliado pelos jornalistas. Os ministros do presidente José Sarney sentaram na primeira fila do plenário e puderam conversar entre si sem temer os ouvidos indiscretos dos jornalistas. Isso até que Bernardo Cabral encontrou Saulo Ramos, ministro da Justiça. Foi a primeira conversa entre o atual e o futuro ministro, que marcaram o primeiro encontro formal entre ambos para a próxima semana.

“Nós já conversamos algumas vezes pelo telefone”, disse Saulo Ramos. “As questões administrativas não são problema, as equipes técnicas resolvem isso. O problema são os assuntos secre-

tos.” E assuntos secretos, segundo Saulo Ramos, é o que não falta no Ministério da Justiça. Enquanto isso, numa mesa próxima, Renan Calheiros combinava com Íbsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, uma conversa para logo depois da instalação do Congresso. “Vou para uma reunião com o CCC de Collor”, dizia Íbsen Pinheiro — ou seja, Cabral, Calheiros e Chiarelli.

Enquanto a banda executava o Hino Nacional e se ouvia a salva de 21 tiros de canhão disparada do lado de fora do Congresso, o deputado Jaime Santana (PSDB-MA) se queixava ao deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) por não conseguir fechar um acordo com o PT e o PDT para lançar sua candidatura ao governo do Maranhão. “Só com a união das oposições será possível derrotar o candidato de Sarney”, dizia ele. O novo governo e, as eleições de 3 de outubro freqüentavam praticamente todas as conversas.

O que ninguém esperava era o discurso pessoal e emocionado de Sarney, certamente o único a se salvar do limbo em que penetraram os demais personagens de seu governo. Ao ver o presidente aplaudido de pé, ao final do discurso, o ministro Roberto Cardoso Alves não se conteve e gritou: “Começou o processo de canonização de Sarney, daqui a quatro anos. Será o São José de Ribamar do Pericumã”.

Ao final do pronunciamento de Sarney, a primeira queixa: “Foi um discurso muito bom, mas um pouco longo”, disse o geral Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), enquanto simulava dedilhar um piano sobre a mesa.

Leia editorial na página 4



### E Sarney admite que fracassou

Rompendo todos os protocolos e numa atitude inédita, o presidente Sarney leu, de viva voz, a mensagem do Executivo na abertura do ano Legislativo, ontem. Reconhecendo o óbvio, o presidente admitiu: “Confesso, com humildade, que não alcançamos êxito nas tentativas heróicas para mudar a economia. Não me faltou nem vontade nem coragem. Faltou-me a colaboração de algumas forças sociais, que colocaram seus interesses acima da coletividade, forças dos que se favorecem da miséria coletiva. Não conseguimos ganhar a batalha contra essa manifestação antipatriótica do egoísmo”.

Apesar do **mea-culpa**, Sarney continua convencido de que a História lhe fará melhor justiça do que a que lhe fazem hoje: “Volto à minha casa de cabeça erguida”, insistiu, repetindo que é um incompreendido, que herdou um governo formado com base em uma “aliança de forças heterogêneas que fora construída, em precária engenharia política, para possibilitar a travessia do regime autoritário para o pleno Estado de direito”.

Ao final dos 45 minutos do discurso, Sarney colheu muitos aplausos e alguns protestos indignados de partidos da oposição, que reclamaram da que-

bra do protocolo. Pelo regimento do Congresso, a mensagem deve ser levada pelo chefe do Gabinete Civil e lida pelo primeiro-secretário da Mesa. Antes de Sarney, apenas um presidente levou a mensagem pessoalmente, mas não a leu: Juscelino Kubitschek. Na maioria, porém, os parlamentares aprovaram o gesto de Sarney: “Ele tem o mérito de conduzir um governo democrático”, opinou o deputado Roberto Freire (PCB). “Nós podemos discordar do Sarney, mas sua posição hoje é importante para o fortalecimento das instituições”, disse a deputada Irma Passoni (PT). “Isso tem de acontecer sempre e com qualquer presidente”, sugeriu o senador Mário Covas (PSDB). “Sarney deu a versão dele, que pode não ser a mais correta, mas teve a humildade de admitir que é o responsável pela grave crise do País”, concluiu o deputado Ulysses Guimarães (PMDB).

A mãe do presidente eleito, Collor de Mello, dona Leda, elogiou Sarney, pela condução do processo democrático no País e pela realização de “eleições limpas”. Ela falou em Brasília, nas comemorações do centenário de nascimento de seu pai, Lindolfo Collor.

De qualquer forma, em final de governo, Sarney insistiu em fazer o discurso para despedir-se do cargo, já que não fará outro pronunciamento tão detalhado quanto este até o dia 15 de março, quando passa a faixa presidencial a Collor. E Sarney explicou por que quis ler pessoalmente a mensagem. “Fiz questão de despedir-me desta Casa que, durante cinco anos, embora a colaboração não tenha sido total, foi necessária e patriótica para que pudéssemos vencer esta etapa da vida brasileira: a transição democrática”.